



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – ECONOMIA



CONHECIMENTOS BÁSICOS

PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir:

BRASIL

12/05/2016 17h24

Pesquisa aponta que Judiciário é o Poder menos transparente

São Paulo - *O Judiciário é o Poder menos transparente e deixa de informar itens de divulgação obrigatória por lei. Dos 27 tribunais de Justiça, o de Sergipe foi o mais bem avaliado no ranking.*



Judiciário: "O Judiciário deveria ser aquele com os melhores índices de transparência e não com os piores".

Gabriela Caesar, do Estadão.

Os piores foram os do Piauí e de Rondônia. Na pesquisa, foi constatado ainda que os TJs não têm verba definida para investir em transparência pública.

O resultado foi apresentado na manhã desta quinta-feira, 12, em debate para comemorar os quatro anos da Lei de Acesso à Informação (LAI).

A auditoria foi feita pela organização sem fins lucrativos Artigos 19, com atuação principalmente em liberdade de expressão e transparência pública.

"O Judiciário deveria ser aquele com os melhores índices de transparência e não com os piores", afirmou a diretora-executiva da Artigo 19, Paula Martins.

A equipe do estudo formulou 81 pedidos de LAI e protocolou três em cada Tribunal de Justiça. O tempo médio para o envio das respostas foi de 26 dias.

Em 57 dos 81 pedidos, porém, foi preciso entrar com recurso para pedir informações que não tinham sido enviadas embora tenham sido requeridas.

A diretora-executiva da Artigo 19 contou ainda que os sites dos TJs são pouco transparentes porque usam linguagem jurídica, com baixa acessibilidade ao público em geral.

Determinados conteúdos, ainda afirma Paula, só podem ser acessados se o internauta for parte do processo ou advogado. Faltam informações sobre participação popular, agenda e pautas de audiências.

O juiz André Augusto Salvador Bezerra, presidente do conselho executivo da Associação Juízes para a Democracia (AJD), concorda que o Judiciário precisa ser mais transparente.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – ECONOMIA



Ele aponta que muitos dos juízes auxiliares ocupam "postos estratégicos". Ela cita dois exemplos em São Paulo.

No Departamento de Inquéritos Policiais, são todos juízes auxiliares, enquanto na Vara de Execuções Fiscais há um juiz titular e, a depender, quatro ou cinco juízes auxiliares.

"Não há transparência nenhuma para esse Poder. E se não há transparência, não há controle. Isso permite, em tese, o policiamento ideológico sobre os juízes e, portanto, retira a legitimidade democrática do Judiciário", disse.

Bezerra afirmou que a falta de critérios para a designação permite que os juízes auxiliares sejam pressionados pelo presidente do TJ e pelo governador.

"Quem manda no orçamento do Judiciário, no final, é o governador. Ele é o dono da chave do cofre."

Recomendações da Artigo 19: maior responsividade e cumprimento dos prazos

de resposta; simplificação da linguagem para o público não jurídico; uniformização dos sistemas de pedidos de informação; uniformização dos sistemas de pesquisa de jurisprudência e processos; esclarecimento sobre a função de supervisão e implementação da LAI; pesquisas sobre outros aspectos que complementem a transparência.

Ampliação

No evento, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a organização Transparência Brasil anunciaram que vão começar a desenvolver uma plataforma colaborativa para hospedar pedidos e respostas da Lei de Acesso à Informação.

A ideia é que o conteúdo respondido a um usuário possa ser aproveitado por mais pessoas. Com o site, as entidades também destacam que será possível mapear os problemas da LAI. A previsão é que a plataforma entre no ar ainda neste ano.

In:

<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/pesquisa-aponta-que-judiciario-e-o-poder-menos-transparente>. Acesso em 27/06/2016.

1. Sobre a transparência pública, prerrogativa constitucional, normatizada pela Lei de Acesso à Informação (LAI), infere-se que

- a) ainda não há um padrão regular nos órgãos que deveriam prestar com agilidade informações ao público, sendo os TJs os mais ineficientes no país.
- b) os TJs do Piauí e de Rondônia são os mais céleres no investimento em transparência, tudo para sair da incômoda situação de piores instituições a se adequarem a lei.
- c) o judiciário brasileiro, que deveria ser exemplo de transparência e acesso à informação, são os órgãos mais ineficientes em âmbito nacional.
- d) após quatro anos de promulgada a LAI, os poderes públicos do país estão muito próximos de superar as demandas da população.
- e) todos os poderes, inclusive o Judiciário, não se adequarem à Lei de Acesso à Informação, segundo dados da ONG Artigo 19.

2. Segundo os pesquisadores da organização Artigo 19, uma das razões para a ineficiência do poder Judiciário no tocante à efetivação da Lei de Acesso à Informação relaciona-se

- a) a pouca aplicabilidade da lei no poder em questão.
- b) ao excesso de linguagem jurídica em uso nos sites dos TJs.
- c) ao desvio de verbas destinadas ao investimento em transparência pública.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – ECONOMIA



- d) ao policiamento ideológico do poder Executivo junto ao Judiciário.
- e) ao não desenvolvimento de plataformas eletrônicas pelos TJs.

3. Na visão da ONG Artigo 19, o poder Judiciário melhoraria a sua transparência, como órgão público, se

- a) buscasse mais responsividade nos prazos de comunicação.
- b) traduzisse a linguagem para o público que acessa seus sites.
- c) uniformizasse a linguagem em uso nos sites.
- d) informatizasse os sistemas de pesquisa de jurisprudência e processos.
- e) introduzisse um sistema de pedidos de informação *on line*.

4. Leia o texto abaixo e identifique qual das alternativas apresenta correta aplicação de crase, seguindo a mesma lógica do trecho:

“comemorar os quatro anos da Lei de Acesso à Informação.”

- a) A ONG Artigo 19 discute assuntos associados à justiça, à transparência e à liberdade de expressão.
- b) A diretora-executiva da Artigo 19 fez correções à respeito dos erros de transparência dos TJs do país.
- c) O referido texto apresenta informações de grande importância à gestores dos TJs.
- d) Os TJs brasileiros deveriam apresentar informações importantes à todos os cidadãos.
- e) A Artigo 19 solicita à esse Poder a aplicação da transparência pública.

5. Sobre o processo de formação da palavra responsividade, afirma-se corretamente que

- a) o sufixo utilizado indica sistema ou grupo.
- b) o sufixo empregado indica proveniência, naturalidade.
- c) o sufixo empregado indica qualidade, estado ou modo de ser.
- d) é substantivo concreto derivado de adjetivo, assim como a palavra dignidade.
- e) não sofre nenhum tipo de alteração na palavra de origem na formação da derivada.

Texto para as questões 06 a 10.

Por que precisamos já de uma lei de proteção de dados pessoais

Num contexto de massificação de coleta e tratamento de dados na internet, é fundamental garantir a aprovação do PL 5276/16, em tramitação na Câmara.

*por Intervenções — publicado 13/06/2016 16h01, última modificação 13/06/2016 16h23
Por Marina Pita**

Sabe aquele clique que você dá nos “termos de uso” de uma aplicação na internet sem ler o que está escrito ali? Saiba que, ao fazer isso, você pode estar liberando seus dados pessoais para usos que você nem imagina.

Em tempos de conservadorismo e criminalização de condutas, a garantia do

direito à privacidade nas redes se mostra cada vez mais fundamental. Sem ela, nossa liberdade de expressão, de livre manifestação de pensamento e de organização política ficam seriamente comprometidas. Mais do que isso, num contexto de massificação de coleta e tratamento de dados na internet,



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – ECONOMIA



informações como características de saúde, identidade sexual ou opção religiosa também podem estar sendo usadas sem a sua autorização.

Até hoje, o Brasil não dispõe de uma lei para regular a coleta, armazenamento, processamento e divulgação de dados pessoais. Regular essa prática não significa impedir que dados sejam coletados e pesquisados para trazer benefícios sociais – como, por exemplo, quando informações da população são usadas para analisar uma epidemia de saúde ou desenvolver políticas públicas para atender a uma parcela específica da população.

Mas é preciso estabelecer princípios e critérios para que isso aconteça e, assim, garantir que nossos dados não sejam usados para atender a interesses comerciais, contra a nossa vontade, ultrapassando limites éticos e legalmente aceitos.

Respondendo a essa preocupação e atendendo a um pleito da sociedade civil, o Ministério da Justiça, em diálogo também com o setor empresarial, elaborou um Projeto de Lei de Proteção de Dados Pessoais. O processo contou com a contribuição de milhares de brasileiros, por meio de duas consultas públicas, e levou cerca de seis anos para ficar pronto.

Finalmente, o PL 5276/2016 chegou à Câmara dos Deputados, onde tramita com pedido de urgência constitucional – ou seja, tem prazo para ser votado, senão tranca a pauta da Casa legislativa. Mas tem muitos lobistas já trabalhando no Congresso para que o texto seja engavetado.

O projeto defende a privacidade das pessoas tanto em relação ao poder público, cuja atuação pode violar garantias individuais, quanto contra as práticas de entes privados que queiram lucrar com nossos dados. Impede, por exemplo, que empresas colem, comprem ou vendam

dados dos cidadãos sem seu consentimento livre e informado.

A proposta também define que o titular dos dados deve ter acesso facilitado às informações sobre o tratamento pelo qual eles passam. Essas informações – a finalidade específica do tratamento, forma e duração do tratamento e identificação do responsável – deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva.

[...]

Para garantir o cumprimento da norma, o projeto de lei prevê sanções administrativas e possibilidade de ressarcimentos por danos pela utilização ilegal das informações, e determinada que um órgão competente fique responsável pela fiscalização da lei, junto com o Conselho Nacional de Proteção de Dados e da Privacidade. Essa autoridade será responsável inclusive pela adequação progressiva dos bancos de dados já existentes no país antes da entrada em vigor da lei.

Como a violação da sua privacidade impacta sua vida?

[...]

Muita gente não sabe – ou acha aceitável – que seus dados, com o maior número de detalhes possível, estejam sendo armazenados e analisados por corporações e governos. É normal ouvir a afirmação: “Se não tenho nada a esconder, podem me vigiar”. Mas aí é que as pessoas se enganam. Não fazer nada de “errado” ou ilegal não quer dizer que a proteção da sua privacidade e o seu controle sobre as informações que lhe dizem respeito sejam fundamentais.

Mesmo a pessoa mais correta do mundo tem algo a manter privado se não quiser ser explorada comercialmente mais do que as outras ou se não quiser ser discriminada ou tratada de maneira diferente.

[...]



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – ECONOMIA



A privacidade também é essencial para o acesso indiscriminado à saúde. Todas as pessoas adoecem, é um fato. Mas, sem a preservação dos seus dados, aquelas com histórico de problemas de saúde ou de doenças crônicas na família passarão a ser discriminadas não só pela empresa do plano de saúde, mas também por futuros empregadores ou empresas de crédito.

[...] A empresa SulAmerica Saúde, por exemplo, mantém um aplicativo para dispositivos móveis que colhe dados de localização dos usuários o tempo todo.

Para que ela usa esses dados? Não está claro. Mas saber quais lugares uma pessoa frequenta e em que horários, quantas horas trabalha, se faz horas extra, por exemplo,

pode ser definidor de quanto cobrar em um seguro saúde. [...]

Em um mundo com enorme capacidade de captura – e os smartphones são a joia da coroa neste aspecto –, armazenamento, processamento e análise dos dados como o que vivemos hoje, todas as pessoas estão sujeitas a algum tipo de discriminação, sejam estes dados corretos ou incorretos, garantidores da igualdade de oportunidades ou excludentes. E quanto maior a disponibilidade de dados e liberdade para o seu processamento, maior a chance de algo dar errado.

[...]

*Marina Pita é jornalista e membro do Conselho Diretor do *Intervozes*.

6. Segundo o texto, um simples clique nos “termos de uso” de um aplicativo na internet acarreta inúmeros prejuízos. O mais notório deles é

- a) o resguardo do direito à privacidade.
- b) a ameaça a nossa livre manifestação de pensamento.
- c) a massificação de coleta e tratamento de dados da internet.
- d) a manutenção do conservadorismo de condutas.
- e) a probabilidade de se cometer crimes.

7. Atendendo um pleito da sociedade civil, o Ministério da Justiça, juntamente ao setor empresarial, elaborou o Projeto de Lei da Proteção de Dados Pessoais, que tramita atualmente no Congresso, com um pedido de urgência constitucional. O ponto mais importante desse projeto é

- a) evitar garantias individuais.
- b) impedir a venda de dados dos cidadãos.
- c) defender a total privacidade das pessoas.
- d) regular a fixação do sistema de armazenamento de dados no país.
- e) regulamentar as sanções administrativas e legais decorrentes da utilização de dados.

8. Com base nas estruturas morfossintáticas do texto e nas informações veiculadas por elas, assinale a alternativa correta.

- a) Em “Até hoje, o Brasil não dispõe de uma lei para regular a coleta, armazenamento, processamento e divulgação de dados pessoais”, os termos sublinhados correspondem ao sujeito composto da oração que aparece posposto ao verbo.
- b) No enunciado “Sem ela, nossa liberdade de expressão, de livre manifestação de pensamento e de organização política ficam seriamente comprometidas.”, temos um predicado verbo nominal.
- c) No período “Se não tenho nada a esconder, podem me vigiar”, a segunda oração (em destaque) possui um sujeito desinencial.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – ECONOMIA



- d) Na oração “Essa autoridade será **responsável** inclusive pela adequação definitiva dos bancos de dados já existentes no país”, o termo sublinhado é predicativo do sujeito.
e) No período “Todas as pessoas adoecem, é um fato”, o núcleo do sujeito da primeira oração é “todas”.

9. Releia o trecho do texto a seguir:

*“[...] os smartphones são a **joia** da coroa neste aspecto [...]”*

Segundo as novas orientações ortográficas em vigor atualmente, a palavra joia não possui mais acento em seu ditongo aberto. Tendo por base as regras de acentuação vigentes, assinale a alternativa em que os vocábulos se enquadram nessa mesma regra:

- a) assembleia – frequente.
b) ideia – detem.
c) para - ceu.
d) introito – paranoia
e) heroi - tramoia

10. Analisando a correta aplicação da colocação pronominal em

*“[...] seu controle sobre as informações que **lhe** dizem respeito[...]*”

Marque a opção em que também ocorra a próclise de forma adequada à Norma Padrão.

- a) Atenção, me disseram a verdade.
b) Nunca nos comunicaram o fato.
c) Os empresários se apresentariam como os principais beneficiados da objeção dessa Lei.
d) Muitos dados, as empresas os usam em benefício próprio.
e) O poder público me contará a verdade?

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE EXTERNO

11. Aponte a assertiva INCORRETA sobre as ações realizadas na Atividade Financeira do Estado.

- a) Planejar a arrecadação e os dispêndios públicos através das leis orçamentárias.
b) Tomar empréstimos públicos para garantir as atividades estatais quando as receitas arrecadadas forem insuficientes.
c) Despender as receitas de acordo com as normas determinadas em lei para a execução da despesa pública.
d) Arrecadar receitas determinadas na Constituição Federal para garantir as despesas estatais.
e) Controlar e fiscalizar a aplicação dos recursos e aplicar sanções aos responsáveis por desvios.

12. São princípios orçamentários gerais substanciais que regem o orçamento, além da exclusividade, os de:

- a) unidade, universalidade, isonomia e equilíbrio.
b) unidade, orçamento bruto, competência e equilíbrio.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – ECONOMIA



- c) universalidade, anualidade, transparência e publicidade.
- d) universalidade, anualidade, competência e publicidade.
- e) anualidade, irretroatividade, transparência e publicidade.

13. No que se refere ao controle externo e Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir e aponte a assertiva correta.

- a) O Congresso Nacional não exerce nenhuma competência efetiva e própria de controle externo.
- b) O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Congresso Nacional, apesar de fazer parte do Poder Judiciário.
- c) O Tribunal de Contas da União é órgão subordinado e dependente do Congresso Nacional.
- d) O Congresso Nacional, no exercício do controle externo, conta com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- e) O Tribunal de Contas da União detém poder absoluto e exclusivo de controle externo.

14. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, a jurisdição do Tribunal abrange...

- a) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou o Município responda, ou que, em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária.
- b) os dirigentes dos Poderes Executivo e Judiciário, exceto os dirigentes da Assembleia Legislativa, por força da subordinação do TCE ao Poder Legislativo.
- c) qualquer pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos.
- d) os dirigentes de empresas públicas e privadas que gerenciem bens de ordem econômica.
- e) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.

15. A respeito das leis orçamentárias, aponte a assertiva correta de acordo com as normas estabelecidas na Constituição Federal.

- a) A Lei Orçamentária pode conter artigos e incisos que tratem de matéria estranha à estimativa de receita e à fixação da despesa para o próximo exercício desde que decorra de iniciativa do Poder Legislativo.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as diretrizes, objetivos e metas regionalizadas para a despesa de capital e outras dela decorrentes os programas de duração continuada.
- c) A Lei Orçamentária Anual poderá sofrer alterações durante a sua execução, as quais ocorrem por meio de créditos adicionais sempre mediante autorização prévia do Poder Legislativo.
- d) O orçamento anual deve ser elaborado em peça única, contendo os orçamentos: fiscal, da seguridade social e de investimento, e deve ser compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.
- e) As metas e as prioridades a serem contempladas no orçamento, bem como as despesas de capital para o exercício subsequente são matérias do Plano Plurianual.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Diante da análise das contas de um dado município do Piauí, o preço médio de determinado produto comprado pela secretaria de saúde foi R\$ 50,00 em 2014 e R\$ 40,00 em 2015. Qual o índice de preço na base de 2015 e sua variação percentual de 2014 para 2015, respectivamente?

- a) 125 e - 20,0 %
- b) 1,25 e - 25,0%
- c) 80 e - 20%
- d) 0,8 e - 25%
- e) 0,1 e -20,0%

17. Considerando o enunciado da QUESTÃO 16, identificou-se que o preço do mesmo produto em 2013 foi 20% maior que em 2012 e, em 2011, foi 25% menor que em 2012. Qual o índice de preço de 2013, considerando a base 2011? Qual o significado do índice? Respectivamente.

- a) 145; o preço foi 45% mais elevado em 2013 relativamente a 2011.
- b) 104; o preço foi 4% maior em 2013 relativamente a 2011.
- c) 96; o preço foi 4% menor em 2013 relativamente a 2011.
- d) 160; o preço foi 60% mais elevado em 2013 relativamente a 2011.
- e) 145; e o preço foi 60% mais elevado em 2013 relativamente a 2011.

18. No processo de fiscalização de contas públicas do TCE-PI ocorreu a seguinte situação: as alterações nos preços de um produto adquirido pelo governo de um ano para outro foram de 10% e, das quantidades foram de 5%. Como o critério de avaliação dessas contas exigia a análise do índice de valor, calcule-o e interprete-o, marcando a alternativa correta.

- a) 215,0; representa um aumento de 115,0% no conjunto dos preços e das quantidades;
- b) 215,5; representa um aumento de 115,5% no conjunto dos preços e das quantidades;
- c) 115,5; representa um aumento de 15,5% no conjunto dos preços e das quantidades;
- d) 115,0; representa um aumento de 15,0% no conjunto dos preços e das quantidades.
- e) 215,0; representa um aumento de 15,0% no conjunto dos preços e das quantidades.

19. Em relação às comparações de séries intertemporais de produto, marque a alternativa correta.

- a) É possível comparar produtos que estão em bases diferentes, quando se realizam os ajustes sazonais;
- b) O índice de Laspeyres preço permite avaliar o crescimento real (de quantidades) de uma série composta, de valor, com o seu uso para o deflacionando dos valores correntes;
- c) O índice de Laspeyres quantidade permite avaliar o crescimento real (de quantidades) de uma série composta, de valor, com o seu uso para o deflacionando dos valores correntes;
- d) O Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, índice de inflação oficial do Brasil, é um tipo de índice de preço.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.



20. Diante da necessidade de auditoria pelo TCE – PI em contas dos municípios do Piauí, procurou-se uma metodologia adequada que evitasse desperdício de recursos públicos nesse processo. A partir das bases de dados disponíveis sobre receitas e despesas e com o uso das estatísticas, quais municípios deveriam ser investigados? Assinale a alternativa correta.

- a) Aqueles que apresentarem estatísticas mais próximas da média para os dados de receitas e despesas;
- b) Os que dispuserem de maiores gastos em todas as categorias de despesas;
- c) Municípios que apresentarem menores variâncias em suas séries de dados de receitas e despesas;
- d) Os que possuem, para cada conjunto de dados de receitas e despesas, maiores coeficientes de variação.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

21. A partir da mensuração das relações entre variáveis, é possível avaliar o quando uma variável se modifica em relação a outra. Por exemplo, o número de investigações (Y) do TCE-PI depende da quantidade de denúncias (X) apresentadas nessa instituição durante determinado período de tempo. Isso é possível se mensurado por uma medida de associação/correlação entre variáveis. Sobre isso, marque a alternativa correta.

- a) A covariância entre X e Y varia entre -1 e 1;
- b) A associação linear entre as variáveis X e Y, medida pela correlação, indica o efeito de causalidade;
- c) A covariância de Y mostra a média dos desvios ao quadrado de Y em relação à sua média;
- d) A correlação entre X e Y mede a força de associação linear entre essas variáveis, independentemente da existência de uma associação não linear.
- e) A covariância entre X e Y varia entre 0 e 1;

22. Diante da estrutura tributária classificada em regressiva, progressiva e proporcional, marque a alternativa correta.

- a) Uma estrutura progressiva ocorre quando a alíquota cobrada aumenta, quando a renda diminui;
- b) A estrutura regressiva ocorre quando a tributação é maior com o aumento da renda;
- c) A estrutura proporcional ocorre quando todos pagam uma mesma parcela de imposto, independentemente de sua renda;
- d) Em geral, os impostos de renda são progressivos e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) pode ser um exemplo de regressivo.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

23. Sobre o drawback, é correto afirmar-se que:

- a) é um regime aduaneiro atípico no qual se outorga benefício fiscal a empresas exportadoras, isentando-as do pagamento dos tributos que incidem sobre a produção e a circulação de mercadorias a serem exportadas.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – ECONOMIA



- b) trata-se de um regime aduaneiro especial cuja aplicação envolve a suspensão, a isenção ou a restituição de tributos que incidem sobre a importação de mercadorias empregadas no processamento de produtos a serem exportados.
- c) é uma forma de incentivo às exportações que prevê a restituição do Imposto de Importação cobrado pela importação de insumos empregados na produção de um bem exportável.
- d) trata-se de um regime aduaneiro especial no qual mercadorias a serem reexportadas ingressam no País, com suspensão de tributos, nele permanecendo, por tempo determinado.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

24. A partir de seu conhecimento sobre déficit público avalie as afirmativas e marque a alternativa correta.

- i. Déficit primário = gasto corrente menos a receita corrente;
- ii. Déficit operacional = déficit primário mais juros reais da dívida pública;
- iii. Déficit nominal = déficit operacional mais correção monetária e cambial da dívida.

- a) Apenas a afirmativa i está correta;
- b) As afirmativas i e ii estão corretas;
- c) As afirmativas i, ii e iii estão corretas;
- d) Todas as afirmativas estão erradas;
- e) Apenas a afirmativa ii está correta.

25. Com relação ao modelo econômico que prevalece no Brasil desde o início da década de 1990, é correto afirmar:

- a) Radicalizou o protecionismo tarifário a fim de proteger as indústrias nacionais frente à concorrência estrangeira.
- b) Restringiu a participação do capital estrangeiro em diversos setores de atividade, visando limitar a evasão de divisas representada pela remessa de lucros praticada pelas empresas multinacionais desde a ditadura militar.
- c) Promoveu a intensificação da internacionalização da economia, abrindo novos setores econômicos à participação do capital estrangeiro e recorrendo às privatizações.
- d) Criou novas empresas estatais e expandiu as já existentes, a fim de aumentar a participação do Estado Nacional na economia, prevenindo crises econômicas e financeiras.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

26. A contratação do transportador internacional sob o regime Free on Board-FOB é de responsabilidade do (da):

- a) importador
- b) exportador
- c) porto de embarque da mercadoria
- d) agência de seguro marítimo
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

27. O regime aduaneiro especial que, mediante a suspensão de tributos, objetiva facilitar a importação de insumos industriais, sob controle informatizado, a serem beneficiados e incorporados a produtos destinados à exportação, denomina-se:



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Comissão de Seleção de Estagiário
Teste Seletivo – ECONOMIA



- a) RECOM
- b) Admissão temporária para aperfeiçoamento de ativo
- c) REPETRO
- d) RECOF
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

28. Corresponde à venda de um produto importado por um preço mais baixo do que no país de origem sem que isso reflita menores custos. Essa prática também é utilizada com o objetivo de eliminar a concorrência. Estamos falando do(a):

- a) venda casada.
- b) cartel.
- c) dumping.
- d) conglomeração.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

29. Imagine que você teria que enquadrar o governo como um setor produtivo da economia. Considerando a classificação tripartida dos setores: agropecuária, indústria e serviços. O governo faria parte do setor:

- a) Agropecuário, pois existe parte da produção agropecuária em instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Universidade Federal do Piauí (UFPI), esta, por exemplo, cria produtos agropecuários para o seu restaurante universitário;
- b) Industrial na medida que o governo possui empresas (ou participação em sociedade) que fazem parte da indústria de transformação, como a PETROBRAS (estatal de economia mista);
- c) Serviços já que o governo produz os serviços públicos;
- d) Todas as alternativas anteriores.
- e) Nenhuma alternativa anterior

30. A partir dos seus estudos sobre o setor público, você pôde identificar três funções básicas do Estado: alocativa, distributiva e estabilizadora. Marque a alternativa INCORRETA.

- a) Na alocativa, o governo compra bens e serviços das empresas e os fornece na forma de bens e serviços públicos, que são de consumo não exclusivo e não disputável ou não rival;
- b) Na distributiva, o estado intervém na busca de equalizar a distribuição renda. Capta recursos de pessoas, setores e regiões mais ricas e os transfere para os mais pobres; além de imprimir uma tributação progressiva em relação a distribuição pessoal da renda;
- c) Na Estabilizadora, regula o mercado para evitar efeitos perversos da iniciativa privada. Altera os níveis de preços e emprego;
- d) Na estabilizadora faz o papel de promoção do crescimento sustentável e gerenciamento de crises.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.